

PROGRAMA CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL - PCI**CHAMADA nº 01/2020****Seleção de Candidatos para Bolsas PCI**

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) torna pública a presente Chamada em conformidade com a RN nº. 026/2018 do CNPq e Portaria no. 2.195/2018 do MCTIC, e convida os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

1. OBJETO

A presente Chamada tem por finalidade a seleção de pessoal qualificado que contribua para a execução de projetos de pesquisa no âmbito do Subprograma de Capacitação Institucional – SCI/PCI do MPEG.

2. PROJETOS DE PESQUISA A SEREM APOIADOS´

Os seguintes projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico serão apoiados no âmbito do Programa de Capacitação Institucional, cujas bolsas disponíveis estão listadas no Anexo A, de acordo com as seguintes áreas de atuação:

1. Dinâmicas Ambientais e Socioculturais
2. Origem, Manutenção e Usos da Biodiversidade
3. Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede GEOMA)
4. Inovação e Transferência de Tecnologia

3. CRONOGRAMA

FASES	DATA
Lançamento da Chamada na página do Museu Paraense Emílio Goeldi	02/03/2020
Publicação da Chamada no Diário Oficial da União	03/03/2020
Prazo para impugnação da Chamada	05/03/2020
Data limite para submissão das propostas	16/03/2020

Homologação das inscrições (Pre-enquadramento) – divulgação na página do Museu Paraense Emílio Goeldi na internet	19/03/2020
Julgamento	20/03 a 10/04
Divulgação do Resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do Museu Paraense Emílio Goeldi na internet	13/04/2020
Prazo para interposição de recurso administrativo do resultado preliminar do julgamento	15/04/2020
Divulgação Final das propostas aprovadas no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do Museu Paraense Emílio Goeldi na internet	17/04/2020

4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e sua ausência resultará no indeferimento da proposta:

4.1 – Quanto ao proponente:

4.1.1. O proponente, responsável pela apresentação da proposta deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- a) Ser brasileiro ou estrangeiro residente e em situação regular no País; caso o candidato estrangeiro resida no exterior e não tenha visto brasileiro e venha a ser selecionado para receber bolsa PCI em qualquer modalidade, o seu cadastramento no Programa e concessão da bolsa fica vinculado à apresentação do comprovante de permanência legal no país (visto temporário/permanente);
- b) Ter seu *Curriculum Vitae* cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado em 2020 até a data limite para submissão da proposta;
- c) Ter perfil e experiência adequados à categoria/nível de bolsa PCI da proposta, conforme **RN n° 026/2018** (CNPq);
- d) Não ter tido vínculo empregatício direto ou indireto ou ter sido aposentado pela mesma instituição executora do projeto.
- e) É vedado ao bolsista o exercício de atividades meio (administrativas, prestação de serviço, consultoria e outras atividades similares).

f) Não acumular a bolsa pleiteada com outras bolsas de longa duração do CNPq ou de qualquer outra instituição brasileira;

g) Não possuir relação de parentesco com os membros das Comissões de pré-enquadramento e Avaliação de mérito da proposta nem com os ocupantes de funções gratificadas da Instituição, em atendimento ao disposto pela **Lei nº 8.027, 12/04/1990**, pelo **Decreto nº 6.906 de 21/07/2009** e pelo **Decreto 7.203/2010**;

h) Não possuir vínculo celetista ou estatutário;

i) Não estar matriculado em curso de pós-graduação.

4.1.2. Será aceita UMA ÚNICA PROPOSTA por candidato, o qual deve estar contemplada em uma das áreas de atuação do Subprograma de Capacitação Institucional – SCI/PCI do MPEG e conforme perfis disponíveis (Anexo I).

4.1.2.1. Na hipótese de envio de mais de uma proposta pelo mesmo candidato, será considerada para análise apenas a última proposta recebida, sendo as demais descartadas.

4.1.3. Serão aceitos um máximo de dois bolsistas por Supervisor

4.1.3.1. Não serão aceitas candidaturas de Supervisores que já preencheram sua cota.

4.2. Quanto à Instituição de Execução do Projeto:

4.2.1. Os projetos referentes às áreas de atuação 1 e 2 poderão ser executados no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, ou no Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), em Cuiabá, quando discriminado na descrição da vaga;

4.2.1.1. Na hipótese dos projetos executados no Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o bolsista ficará sediado na cidade de Cuiabá-MT.

4.2.2. Os projetos referentes à área de atuação 3 poderão ser executados no Museu Goeldi (Belém), no Instituto Mamirauá (Tefé), no Instituto Nacional de Pesquisa - INPA (Manaus) ou no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (São José dos Campos), dependendo da classificação dos candidatos.

4.2.2.1. Na hipótese dos projetos executados no Instituto Mamirauá, no Instituto Nacional de Pesquisa - INPA, ou no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, os bolsistas ou ficarão sediados em Tefé (AM), Manaus (AM) e São José dos Campos (SP), respectivamente, de acordo com o projeto a ser executado.

4.2.3. Os projetos referentes à área de atuação 4 só poderão ser executados Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

4.2.4. Em nenhuma das hipóteses previstas nos itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3, as Instituições executoras dos projetos arcarão com despesas além da prevista no item 6.1.1 desta Chamada.

5. RECURSOS FINANCEIROS

As bolsas serão operacionalizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e financiadas com recursos oriundos do orçamento do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC – Exercício 2020.

6. ITENS FINANCIÁVEIS

6.1. Bolsas

6.1.1. Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de bolsas na modalidade PCI-D, em suas diferentes categorias e níveis: DA, DB, DC, DD, E1 ou E2, conforme descrito nos perfis do ANEXO 1.

6.1.2. A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, conforme estabelecido nas normas do CNPq que regem essa modalidade.

6.1.3. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

6.1.4. As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

7. SUBMISSÃO DA PROPOSTA

7.1. As propostas deverão ser encaminhadas ao MPEG exclusivamente via e-mail (**bolsas_pci@museu-goeldi.br**), utilizando-se o Formulário de Proposta.

7.2. O horário limite para submissão das propostas ao MPEG será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no CRONOGRAMA, não sendo aceitas propostas submetidas após este horário.

7.2.1. Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o MPEG não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

7.2.2. Caso a proposta seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será aceita, razão pela qual não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, analisada e julgada.

7.3. Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada podem ser obtidos pelo endereço eletrônico (**bolsas_pci@museu-goeldi.br**).

7.3.1. O atendimento encerra-se impreterivelmente às 17h, em dias úteis, e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite.

7.3.2. É de responsabilidade do proponente entrar em contato com o MPEG em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

7.4. Os documentos, que incluem o Formulário de Propostas preenchido, contendo o link para o Currículo Lattes **atualizado em 2020**, e o formulário de avaliação da produção do Candidato deverão ser enviados por e-mail até a data limite para submissão da proposta.

7.5. Será aceita uma única proposta por proponente para cada um dos projetos listados no item 2.

7.6. Na hipótese de envio de mais de uma proposta pelo mesmo proponente, para o mesmo projeto, será considerada para análise apenas a última proposta recebida.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Critérios do Julgamento

8.1.1 Os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico são:

Critérios de análise e julgamento		Peso	Nota
A	Mérito da Proposta (Comissão de Mérito)	4	0,0 a 10
B	Produtividade do Candidato (Formulário I)	3	0,0 a 10
C	Experiência prévia do candidato em projetos científicos, tecnológicos ou de inovação na área do projeto de pesquisa selecionado	2	0,0 a 10
D	Alinhamento do histórico acadêmico e profissional do proponente às competências e atividades exigidas à execução do projeto	1	0,0 a 10

8.1.1.1. As informações relativas aos critérios de julgamento B, e D, descritas acima, deverão constar no CV Lattes do proponente e no formulário de pontuação do candidato, disponibilizado juntamente com a Chamada.

8.1.1.2. A pontuação referente ao critério C descrito acima será obtida da descrição da experiência feita pelo candidato no formulário de inscrição

8.1.1.3. A pontuação referente ao mérito da proposta será obtida pelo projeto apresentado no formulário de inscrição.

8.1.2. Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

8.1.3. A pontuação final de cada proposta será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

8.1.4. Em caso de empate, os critérios a serem utilizados para definir a ordem final de classificação serão, nesta ordem: a maior nota no critério A, seguida, sequencialmente, pelas maiores notas nos critérios B, C e D.

8.2. ETAPAS DO JULGAMENTO

8.2.1. Etapa I – Análise pela Comissão de Pré-enquadramento (eliminatória)

8.2.1.1. A composição e as atribuições da Comissão de Pré-enquadramento seguirão as disposições contidas na **Portaria 2.195/2018 do MCTIC**.

8.2.1.2. Esta etapa, a ser realizada pela Comissão de Pré-enquadramento, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas no item 4.1 desta Chamada.

8.2.1.3. As propostas que não atendam a todos os critérios de elegibilidade serão INDEFERIDAS e não farão parte das demais etapas de julgamento.

8.2.2. Etapa II – Análise pela Comissão de Avaliação de Mérito (classificatória)

8.2.2.1. A composição e as atribuições da Comissão de Avaliação de Mérito seguirão as disposições contidas na **Portaria 2.195/2018 do MCTIC**.

8.2.2.2. Os membros Ad Hoc da comissão avaliarão individualmente os candidatos, estabelecendo pontuação conforme descrito no item 8.1.

8.2.2.3. Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer de mérito consubstanciado, contendo a fundamentação que justifica a pontuação atribuída.

8.2.2.4. Após a análise de mérito e relevância de cada proposta, a Comissão deverá classificar os candidatos, através da média entre as notas atribuídas pelos membros Ad Hoc e recomendar:

- a) APROVAÇÃO; ou**
- b) NÃO APROVAÇÃO.**

8.2.2.5. O parecer da Comissão de Avaliação de Mérito será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação das propostas recomendadas e não recomendadas e suas respectivas pontuações, por código das vagas descritas no Anexo 1, assim como outras informações e recomendações pertinentes.

8.2.2.6 Durante a classificação das propostas pela Comissão de Avaliação de Mérito, o Gestor da Chamada e a Comissão de Pré-enquadramento acompanharão as atividades e poderão recomendar ajustes e correções necessários.

8.2.2.7 A Planilha de Julgamento será assinada pelos membros da Comissão de Avaliação de Mérito.

8.2.3. Etapa III – Homologação do julgamento pelo Diretor do MPEG

8.2.3.1. O Diretor do MPEG homologará o resultado com fundamento na Planilha de Julgamento elaborada pela Comissão de Avaliação de Mérito, acompanhada dos demais documentos que compõem o processo de seleção.

9. RESULTADO PRELIMINAR DO JULGAMENTO

9.1. A relação de todas as propostas julgadas, com a respectiva pontuação dos candidatos selecionados, será divulgada na página eletrônica do MPEG, disponível na Internet no endereço www.museu-goeldi.br, conforme CRONOGRAMA.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Recurso Administrativo do Resultado Preliminar do Julgamento

10.1.1. Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado preliminar do julgamento, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível no endereço www.museu-goeldi.br, até o prazo definido no cronograma.

10.1.2. Havendo recurso, a Comissão de Pré-enquadramento emitirá Nota Técnica deferindo ou indeferindo o pedido.

11. RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO

11.1. A Diretoria MPEG emitirá decisão final do resultado, ratificando o relatório preliminar de julgamento, ou em caso de recurso, com fundamento na Nota Técnica elaborada pela Comissão de Pré-enquadramento, acompanhada dos documentos que compõem o processo de seleção.

11.2. O resultado final do julgamento pela Diretoria será divulgado na página eletrônica do MPEG, disponível na Internet no endereço www.museu-goeldi.br e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme CRONOGRAMA.

12. EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

12.1. Caberá ao coordenador do Programa de Capacitação Institucional realizar as indicações dos bolsistas, seguida a ordem de classificação de cada vaga no resultado final do julgamento, após a aprovação pela Comissão de Enquadramento, conforme previsto na **Portaria 2.195/2018 do MCTIC**.

12.2. O coordenador do Programa de Capacitação Institucional poderá cancelar a bolsa, por rendimento insuficiente do bolsista ou por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

13. DA AVALIAÇÃO

11.1 - O desempenho do bolsista será avaliado pelo Coordenador do Subprograma de Capacitação Institucional do MPEG durante a vigência da bolsa, com base nas informações prestadas pelo Bolsista acompanhadas do parecer técnico do Supervisor.

12. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no Cronograma (item 3).

12.1.1 Caso não seja impugnada dentro do prazo, o candidato não poderá mais contrariar as cláusulas desta Chamada, concordando com todos os seus termos.

12.2 A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Museu Paraense Emílio Goeldi da Amazônia, por correspondência eletrônica, para o e-mail: pci@museu-goeldi.br, seguindo as normas do processo administrativo federal.

13. INFORMAÇÕES

E-mail: pci@museu-goeldi.br

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público inseridos no caput do Artigo nº 37 da Constituição Federal, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, e, em especial, pela RN nº 026/2018 do CNPq e Portaria nº 2.195/2018 do MCTIC.

14.2 A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria do Museu Paraense Emílio Goeldi,

seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.3 A Diretoria do Museu Paraense Emílio Goeldi reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.